

Nove governadores tendem a pedir moratória

Ganha corpo idéia de que saída para crise é adiar pagamento de débitos com a União, indica pesquisa

KÁSSIA CALDEIRA

A idéia de pedir moratória ao governo federal ganha força nos Estados. Além dos três governadores que já recorreram ao expediente, nove admitem estar inclinados a fazer o mesmo, segundo levantamento feito pelo **Estado**. Foram consultados 22 governadores — os do Acre, do Maranhão, do Paraná e do Rio Grande do Sul não quiseram responder ao questionário de 26 perguntas apresentado pelo jornal e o do Amapá não foi encontrado.

Dois governadores admitiram o iminente pedido de moratória, enquanto sete responderam que "talvez" cheguem lá. Esses nove estão amparados nos exemplos de Mato Grosso, Alagoas e Rio — Estados que, oficialmente, pediram maior prazo para pagar seus débitos. O governador do Rio, Marcelo Alencar (PSDB), de mau humor, rejeita a palavra moratória. Sustenta ter pedido ao governo federal "alongamento do pagamento da dívida".

A situação dos Estados constrange a equipe econômica do governo, que ditou as regras do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Seguindo os passos do que ficou conhecido como "o FMI do Malan", os governadores fizeram o dever de casa esperando as reformas administrativas e tributárias.

Mas a votação das reformas está atrasada. Para 20 desses governantes, a demora na votação dessas reformas pelo Congresso está prejudicando diretamente a administração dos Estados. Maguito Vilela, de Goiás, acha que o atraso atrapalha "em termos" e José Maranhão considera que ele não atrapalha. Para 18 governadores, aliás, o Congresso tem atuação "regular".

Tendência — Diante do impasse, cresce a tendência pela moratória como solução. Dois já afirmaram que vão pedi-la: Albano Franco, de Sergipe, e Wilson Martins, de Mato Grosso do Sul. O sergipano efetivou a decisão na sexta-feira. Outros sete disseram "talvez": Francisco Moraes Souza, do Piauí, e Valdir Raupp, de Rondônia — que já estão negociando a moratória com a equipe econômica do governo; Miguel Arraes, de Pernambuco; Paulo Afonso Vieira, de Santa Catarina; Maguito Vilela, de Goiás; Eduardo Azeredo, de Minas; e, Almir Gabriel, do Pará.

O tucano Azeredo optou pelo "talvez" para alertar que "chegou a hora de ser aprovadas definitivamente as reformas administrativas e tributárias, além de um parcelamento das dívidas dos Estados com prazo mais longo". Segundo ele, os Estados fizeram todo o dever de casa ao alcance dos governadores. "O caso de Alagoas deve ser visto como um alerta", observou o mineiro.

PARA 20 DOS CONSULTADOS, REFORMAS SÃO FUNDAMENTAIS

que desejam moratória. "Queremos o que fizeram para Mato Grosso e Alagoas, e estão negociando rapidamente para o fazer pelo Piauí e por Rondônia, sem falar do Rio de Janeiro", afirmou Albano.

Antes de chegar ao gabinete de Fernando Henrique, o governador de Sergipe se encontrou com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e também com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. "Estou apavorado", contou ter confessado a ambos. "Disse a eles que tenho um débito de R\$ 30 milhões até agosto e pela primeira vez atrasamos em seis dias a folha de pagamento."

Rolagem — "Sem uma moratória de seis meses com rolagem, pelo menos, do principal da dívida não sei o que vai acontecer", argumentou Albano. "É insustentável, e estou apavorado porque está chegando a hora de pagar o 13º terceiro salário, não tenho dinheiro nem fiz provisão."

Só três Estados não devem à União: Roraima, de Neudo Campos (PPB); Tocantins, de José Wilson Siqueira Campos (PPB); e Distrito Federal, de Cristóvam Buarque (PT). Roraima e o Tocantins, os "Estados novos" da Federação não têm nem mesmo precatórios a pagar. Nos demais, só dívidas e déficit orçamentário.

Wilson Martins disse que vai pedir moratória porque Mato Grosso do

A negociação de uma saída fez o também tucano Albano Franco ir ao Palácio do Planalto na sexta-feira, para dizer ao presidente Fernando Henrique Cardoso que é o novo integrante do grupo dos Estados

Sul tem arrecadação insuficiente para honrar os pagamentos da folha de pessoal e da dívida. Albano está pedindo moratória porque arrecada cerca de R\$ 20 milhões de ICMS por mês e tem despesa de R\$ 44,5 milhões só com pessoal e pagamento da dívida com a União.

Quebrados — Arraes também pensa na moratória porque arrecada R\$ 120 milhões de ICMS e tem despesa de R\$ 140 milhões com a folha de funcionários e parcela da dívida com a União. Idem Mão Santa, do Piauí, que arrecada R\$ 42 milhões e tem despesa com a folha e a dívida com a União de R\$ 77 milhões. Outro é Maguito Vilela, porque Goiás tem despesas de R\$ 105 milhões com pessoal e pagamento da dívida com a União e arrecada de ICMS R\$ 89 milhões por mês. Valdir Raupp tem em Rondônia R\$ 37 milhões mensais de despesa com pessoal e a dívida, enquanto a arrecadação de ICMS é de R\$ 23 milhões. Azeredo prefere um "talvez" porque Minas tem despesa mensal com pessoal e dívida de R\$ 400 milhões, e arrecada R\$ 330 milhões de ICMS. Almir Gabriel, do Pará, e Paulo Afonso, de Santa Catarina, também pensam em moratória porque as despesas superam a arrecadação.

Perguntados como resolver a crise, 19 governadores responderam que, entre outras coisas, é necessário parcelar a dívida dos Estados com o governo federal. O governador do Tocantins acha que com empréstimos externos pode haver solução.

■ Colaboraram Angela Lacerda, Gilse Guedes, Bartolomeu Rodrigues, Kátia Brasil, J. Naves de Oliveira, Ricardo Rodrigues, Arlindo Almeida, Roberto Sadovski, José da Conceição Andrade, Plínio Vicente, Ivonete Motta, Gilberto Felix Melo, César Guedes

FINANÇAS EM RUÍNA

A situação financeira atual de 22 Estados — em R\$

Estado	Governador	Dívida com a União	Pagamento por mês à União	Arrecadação de ICMS mensal	Folha de pagamento mensal
AL	Divaldo Suruagy (PMDB)	300 milhões	18 milhões	32 milhões	49 milhões
AM	Amazonino Mendes (PMDB)	1,3 bilhão	13 milhões	98 milhões	45 milhões
BA	Paulo Souto (PFL)	3,2 bilhões	25 milhões	155 milhões	132 milhões
CE	Tasso Jereissati (PSDB)	1 bilhão	17 milhões	99 milhões	84 milhões
DF	Cristóvam Buarque (PT)	—	—	85 milhões*	**
ES	Vitor Buaiz (PT)	500 milhões	8,5 milhões	55 milhões	102 milhões
GO	Maguito Vilela (PMDB)	4 bilhões	20 milhões	89 milhões	85 milhões
MG	Eduardo Azeredo (PSDB)	10 bilhões	50 milhões	330 milhões	350 milhões
MS	Wilson Martins (PMDB)	1,2 bilhão	7 milhões	55 milhões	25,7 milhões***
MT	Dante de Oliveira (PDT)	4,6 bilhões	12 milhões	54 milhões	50 milhões***
PA	Almir Gabriel (PSDB)	500 milhões	17 milhões	68 milhões	53 milhões***
PB	José Maranhão (PMDB)	1,7 bilhão	—	36,593 milhões	41,5 milhões
PE	Miguel Arraes (PSB)	1,8 bilhão	14,8 milhões	120 milhões	125,2 milhões
PI	Mão Santa (PMDB)	1,4 bilhão	17 milhões	42 milhões	60 milhões
RJ	Marcello Alencar (PSDB)	5 bilhões	35 milhões	430 milhões	340 milhões
RN	Caribaldi Alves Filho (PMDB)	700 milhões	5,5 milhões	21 milhões	46 milhões
SC	Paulo Afonso (PMDB)	1 bilhão	14,67 milhões	159,76 milhões	119 milhões
SE	Albano Franco (PSDB)	650 milhões	8,5 milhões	20 milhões	36 milhões
SP	Mário Covas (PSDB)	11,2 bilhões	100 milhões	1,367 bilhão	921,3 milhões
RO	Valdir Raupp (PMDB)	120 milhões	8 milhões	23 milhões	29 milhões
RR	Neudo Campos (PPB)	—	—	4 milhões	6,38 milhões
TO	Siqueira Campos (PPB)	180 milhões	—	12 milhões	20 milhões

* Inclui ISS

** Dado não-fornecido

*** Não inclui repasses para Legislativo e Judiciário

BREVES

Telma continua na frente em Santos

SANTOS — A deputada federal Telma de Souza (PT) está na liderança pela disputa da prefeitura de Santos, com 38% das intenções de voto na pesquisa espontânea e 41% na pesquisa estimulada que foi realizada pelo Ibope para o jornal *A Tribuna*. O resultado, divulgado ontem, mostra que Telma manteve o mesmo percentual da pesquisa espontânea anterior e caiu 3% na estimulada. Em segundo lugar, continua o deputado federal Beto Mansur (PPB) com 20% das intenções de voto na pesquisa espontânea e 24% na estimulada, crescendo 8 e 6 pontos percentuais, respectivamente.

Orçamento paulista entra em discussão

O governo de São Paulo começou a discutir na semana passada o Orçamento do Estado para 1997. Os secretários já apresentaram a previsão de gastos de suas pastas. De acordo com o presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Tripoli (PSDB), os números do Orçamento para o próximo ano deverão ser entregues para apreciação dos deputados estaduais no final de setembro. "A previsão é de que o Orçamento seja votado em dezembro", disse Tripoli. O governo já prevê uma dura batalha com os deputados estaduais, envolvidos na campanha municipal e habitualmente refratários às propostas de Covas.